

# FNE lamenta recurso a professores reformados para evitar alunos sem aulas

[observador.pt/2024/06/14/fne-lamenta-recurso-a-professores-reformados-para-evitar-alunos-sem-aulas/](https://observador.pt/2024/06/14/fne-lamenta-recurso-a-professores-reformados-para-evitar-alunos-sem-aulas/)



- [Início](#) /
- [Educação](#)

[Ativar alertas](#)

x

Siga o tópico Educação e receba um alerta assim que um novo artigo é publicado.

Assinalando que a população docente "é envelhecida", a FNE demonstrou "apreensão" com o recurso a professores reformados ou em idade de aposentação para colmatar a escassez de docentes nas escolas.



Agência Lusa

Texto

14 jun. 2024, 23:24

- 
- 
- Oferecer

x

Exclusivo assinantes: Ofereça artigos aos seus amigos.



► i

▲ No final do próximo ano letivo, o Governo quer "todos os alunos sem interrupções prolongadas"  
TIAGO PETINGA&sol;LUSA

A Federação Nacional da Educação (FNE) lamentou nesta sexta-feira que o plano aprovado pelo Governo para suprir a falta de professores nas escolas não contemple medidas que incentivem os mais jovens a serem docentes, optando pelo recurso a aposentados.

Professores aposentados, mais horas extraordinárias, contratação acelerada. As "15 medidas de emergência" para os alunos sem professores

Numa reação à Lusa, o secretário-geral da FNE, Pedro Barreiros, disse que "falta mais juventude" ao plano, criticando, "com alguma apreensão", o recurso a professores reformados ou em idade de aposentação para colmatar a escassez de docentes nas escolas, ainda que "o momento de emergência" o exija.

PUB • CONTINUE A LER A SEGUIR

**"Aceitamos, mas não é o desejável"**, afirmou, assinalando que a população docente "é envelhecida".

Segundo Pedro Barreiros, o Governo deveria ter um "plano de médio e longo prazo" com "medidas de incentivo para os mais jovens serem professores".

"Investir nas instituições de ensino superior para começarem a formar mais professores", sustentou, apontando que será preciso formar anualmente 4.000 a 5.000 novos professores nos próximos cinco anos.

Como “aspecto positivo”, a FNE salientou que **o plano do Governo foca os professores “nas tarefas pedagógicas e letivas”**, ao retirar-lhes “a componente burocrática” com a contratação de 140 técnicos superiores para tarefas administrativas de apoio aos diretores de turma.

O plano, que engloba 15 “medidas de emergência” a aplicar a partir do próximo ano letivo, estabelece como meta a redução no final do 1.º período de pelo menos 90% do número de alunos sem aulas desde setembro, face ao ano letivo de 2023/2024.

**No final do próximo ano letivo, o Governo quer “todos os alunos sem interrupções prolongadas”.**

De acordo com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, no início do corrente ano letivo 324.228 alunos estavam sem aulas a uma disciplina, “situação que se arrastou para 939 alunos, que ficaram sem aulas a uma disciplina durante todo o ano letivo”.

A tutela justifica os números com “insuficiências no planeamento do ano letivo, a ineficácia na gestão de horários, a realização tardia das matrículas ou dos concursos de colocação dos professores e a grave escassez de docentes em alguns grupos de recrutamento”, estando o problema “sinalizado em escolas de diversas zonas do país, com maior incidência na Área Metropolitana de Lisboa, no Alentejo e Algarve”.

A lista de medidas propostas inclui a atribuição de mais horas extraordinárias na docência, o alargamento do período de substituição de professores em caso de doença, a contratação de 200 docentes reformados, uma remuneração adicional até 750 euros mensais brutos para 1.000 professores que atinjam a idade da aposentação e queiram continuar a dar aulas e a integração de 200 docentes imigrantes no ensino português.

Os números, as soluções e as metas. “Plano de emergência” para as escolas custa 20 milhões de euros

O plano prevê também a concessão de duas mil bolsas de estudo a novos estudantes matriculados nas licenciaturas e mestrados de Ciências da Educação/Ensino.

Assine o Observador a partir de 0,18€/ dia

Não é só para chegar ao fim deste artigo:

- Leitura sem limites, em qualquer dispositivo
- Menos publicidade
- Desconto na Academia Observador
- Desconto na revista best-of
- Newsletter exclusiva
- Conversas com jornalistas exclusivas
- Oferta de artigos

- [Participação nos comentários](#)

Apoie agora o jornalismo independente

[Ver planos](#)

Oferta limitada

[Apoio ao cliente](#) | Já é assinante? [Inicie sessão](#)

- [Educação](#)
- [Professores](#)
- [Sindicatos](#)
- [País](#)
- [Governo](#)
- [Política](#)

Proponha uma correção, sugira uma pista: [observador+lusa@observador.pt](mailto:observador+lusa@observador.pt)

## **Ofereça este artigo a um amigo**

---

Enquanto assinante, tem para partilhar este mês.

[Oferecer agora](#)

A enviar artigo...

## **Artigo oferecido com sucesso**

---

Ainda tem para partilhar este mês.

O seu amigo vai receber, nos próximos minutos, um e-mail com uma ligação para ler este artigo gratuitamente.

[Voltar ao artigo](#)

## **Ofereça artigos por mês ao ser assinante do Observador**

---

Partilhe os seus artigos preferidos com os seus amigos.

Quem recebe só precisa de iniciar a sessão na conta Observador e poderá ler o artigo, mesmo que não seja assinante.

[Assinar agora](#)

Este artigo foi-lhe oferecido pelo nosso assinante . Assine o Observador hoje, e tenha acesso ilimitado a todo o nosso conteúdo. [Veja aqui as suas opções.](#)

## **Atingiu o limite de artigos que pode oferecer**

---

Já ofereceu artigos este mês.

A partir de 1 de poderá oferecer mais artigos aos seus amigos.

[Voltar ao artigo](#)